



RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO - 2013

A **Companhia Paulista de Obras e Serviços – CPOS**, sociedade anônima de capital fechado, regida pelo seu Estatuto Social e pela Lei Federal nº 6.404/76 e alterações, criada pela Lei Estadual nº 7.394, de 08/07/1991, sucessora do Departamento de Edifícios e Obras Públicas – DOP, registrada na Junta Comercial do Estado de São Paulo – Jucesp, em 25/10/1991, tem como principais acionistas o Governo do Estado de São Paulo e a Companhia de Processamento de Dados do Estado de São Paulo – Prodesp e como missão a **viabilização de empreendimentos do Governo do Estado para benefício da sociedade paulista**. Com sede própria na Vila Mariana, em São Paulo/SP, vinculada à Secretaria de Planejamento e Desenvolvimento Regional é uma empresa de economia mista de direito privado e financeiramente não dependente do Governo do Estado de São Paulo, que presta **serviços de engenharia, arquitetura e gestão predial** aos diversos órgãos e entidades da Administração Estadual, **primando por uma relação de respeito, confiança e credibilidade com clientes, colaboradores e cidadãos**. As suas atividades são desenvolvidas com **Eficiência**: atividades que geram resultado e confiança, **Agilidade**: atendimento das solicitações dos clientes com presteza, e, **Autenticidade**: relacionamento transparente com colaboradores, governo e sociedade, atuando no gerenciamento de obras, fiscalização de convênios, elaboração de projetos de obras, gerenciamento da elaboração de projetos de obras, regularização fundiária, licenciamento ambiental, orçamento de obras, gestão de prédios públicos, avaliação patrimonial, apoio técnico a licitações, dentre outras.

Principais Realizações

A Companhia, em 2013, assinou **157 contratos de prestação de serviços**, que somam aproximadamente R\$122 milhões, com destaque aos seguintes clientes, empreendimentos e serviços: **Secretaria de Estado da Administração Penitenciária** – gerenciamento das obras e serviços de construção da Penitenciária Feminina de São Vicente e dos Centros de Detenção Provisória - CDPs (Nova Independência, Itatinga, Santa Cruz da Conceição, Álvaro de Carvalho, Aguapeí e Paulo de Faria); projeto básico de implantação dos CDPs (Gália, Caiuá, Lavinia, Pacaembu, Bauru I e II); **Secretaria da Justiça e Defesa da Cidadania** – gerenciamento das obras de acessibilidade de Fóruns (Amparo, Rio Claro, Salto, Santa Bárbara D'Oeste, Socorro, Adamantina, Guararapes, Lucélia, Presidente Venceslau, Regente Feijó, Avaré, Bauru, Dois Córregos, Lençóis Paulista, Marília, Piratininga, Campos do Jordão, Porto Feliz, Matão, José Bonifácio, Bastos, Teodoro Sampaio, Campinas, Bragança Paulista, Mongaguá, Pacaembu, São João da Boa Vista, Santa Rita do Passa Quatro, Mauá, Taquaritinga e

Jandira); elaboração de pasta técnica para licitação da obra de reforma do Centro de Integração da Cidadania – CIC Sul em São Paulo; **Justiça Federal** – elaboração dos projetos básico e executivo para a construção das futuras sedes de Fóruns Federais; **Secretaria de Esporte, Lazer e Juventude** – elaboração de laudo técnico de avaliação, material licitatório de apoio e gerenciamento de obras; **Secretaria do Meio Ambiente** – elaboração de levantamento topográfico planimétrico e laudo técnico de avaliação de Parques Urbanos; elaboração de projeto básico e material licitatório para adequação parcial da nova sede do Instituto Geológico; **Secretaria da Cultura** – gerenciamento da reforma, ampliação e adequação das instalações do Museu de Arte Contemporânea e do Museu de História; obras de restauro, laudos técnicos de avaliação e regularização fundiária; **Secretaria do Emprego e Relação do Trabalho** – elaboração de projeto executivo para construção de galpão, garagem e portaria em terreno de propriedade da Fazenda do Estado; **Secretaria de Planejamento e Desenvolvimento Regional** – elaboração de projeto executivo de adequação para implantação do Centro Integrado de Comando e Controle; serviços de vistoria e análise de documentação dos convênios UAM/SPDR com os municípios Paulistas; **Centro Estadual de Educação Tecnológica “Paula Souza”** – CEETEPS – elaboração de projeto executivo para reforma e ampliação de diversas Escolas Técnicas (Botucatu, Teodoro Sampaio, Campinas, Peruibe, Penápolis, Santa Rita do Passa Quatro, Guarujá, São Sebastião, Praia Grande, Santos e São Paulo); **Instituto de Assistência Médica ao Servidor Público Estadual – IAMSPE** – gerenciamento e fiscalização das obras de reforma, ampliação e construção do Complexo Hospitalar HPSE; **Companhia Paulista de Trens Metropolitanos – CPTM, Desenvolvimento Rodoviário S/A – DERSA, Agência Reguladora de Saneamento e Energia do Estado de São Paulo – ARSESP, Companhia de Desenvolvimento Habitacional e Urbano do Estado de São Paulo – CDHU, Companhia Energética do Estado de São Paulo – CESP, Empresa Metropolitana de Águas e Energia – EMAE, Fundação Universidade Virtual do Estado de São Paulo – UNIVESP, Companhia de Processamento de Dados do Estado de São Paulo – PRODESP, Companhia de Saneamento Básico do Estado de São Paulo – SABESP, Universidade Estadual Paulista – UNESP, Comando do Policiamento de Trânsito – CPTRAN, Companhia de Transmissão de Energia Elétrica – CTEEP, Fundação para a Conservação e Produção Florestal de São Paulo – FLORESP e Instituto de Pesos e Medidas do Estado de São Paulo – IPEM** – elaboração de laudos técnicos de avaliação de imóveis. Os contratos de prestação de serviços mencionados, acrescidos àque-

les já firmados em anos anteriores, ainda em execução, geraram **receita de prestação de serviços** no valor de **R\$ 81 milhões**, faturados de janeiro a dezembro de 2013.

O montante de **propostas de prestação de serviços**, em 2013, teve percentual de realização em torno de 87,33%. Foram elaboradas propostas para aproximadamente 225 empreendimentos, no valor total de **R\$139 milhões**.

O lucro operacional de 2013, no patamar de R\$8 milhões, ultrapassou em 50% a meta de R\$5.193 mil, estabelecida na proposta do PLR 2013, tendo sido o resultado contábil mais expressivo da história da Companhia. Esse resultado só foi possível pelo compromisso de seus administradores com o Governo do Estado de São Paulo e pela competência e dedicação de seus colaboradores.

A Administração

DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADOS (NE 3a)
EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2013 E 2012 (em milhares de reais)

	NE	2013	2012
Receita Operacional Bruta			
Receita de prestação de serviços		81.298	67.155
Deduções da Receita Operacional			
Impostos e contribuições incidentes sobre serviços	(11.296)		(9.375)
Receita Operacional Líquida		70.002	57.780
Custos dos Serviços Prestados		(51.063)	(40.154)
Lucro (Prejuízo) Bruto		18.939	17.626
Receitas (Despesas) Operacionais			
Administrativas e gerais	(15.966)		(13.913)
Contingências judiciais	150		(1.634)
Despesas tributárias	(56)		(58)
Outras receitas e despesas	4.377		1.612
	(11.495)		(13.993)
Resultado de imóveis destinados a venda	0		(41)
Resultado Antes das Receitas e (Despesas) Financeiras		7.444	3.592
Receitas (Despesas) Financeiras			
Despesas financeiras		(174)	(139)
Receitas financeiras		946	1.227
		772	1.088
Lucro (Prejuízo) antes da Tributação		8.216	4.680
Provisão IRPJ e CSLL	15	(1.102)	(540)
Lucro Líquido (Prejuízo) do Exercício	19	7.114	4.140

As notas explicativas integram as demonstrações contábeis

BALANÇOS PATRIMONIAIS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2013 E 2012 (em milhares de reais)

Ativo	NE	2013	2012	Passivo e Patrimônio Líquido	NE	2013	2012
Circulante		52.873	43.640	Circulante		28.173	22.687
Caixa e bancos		9.927	4.315	Fornecedores		6.941	4.268
Aplicações financeiras	3b	5.337	7.958	Cauções e retenções contratuais		56	63
Clientes		15.602	13.602	Encargos sociais		1.033	882
Serviços em andamento	4	3.137	585	Provisão para férias		3.568	3.131
Créditos a receber	5	2.372	2.372	Obrigações tributárias		5.289	4.005
Outros créditos	6	5.898	4.521	Contas a pagar		1.047	523
Estoques		103	153	Contas correntes		37	7
Despesas antecipadas		295	326	Gestão predial	7	10.202	9.808
Gestão predial	7	10.202	9.808	Não-circulante			
Não-circulante		68.994	70.045	Exigível a longo prazo		12.236	16.654
Realizável a longo prazo		23.292	24.216	Provisão para contingências	14	6.657	10.307
Outros créditos		1.079	1.162	Obrigações a pagar	3c	5.476	6.244
Clientes	3c e 8	11.018	10.949	Contas correntes		103	103
(-) Provisão para perdas	8	(5.498)	(5.498)	Patrimônio líquido		81.458	74.344
Pagamentos por conta de contratos	3c	149	149	Capital social	16	88.645	88.645
Depósitos judiciais		749	1.659	Reservas de capital	17	11.376	11.376
Imóveis destinados a venda	9	15.795	15.795	Ajuste de avaliação patrimonial	18	26.546	26.601
Investimento	10	31.628	31.628	Prejuízos acumulados	18 e 19	(45.109)	(52.278)
Propriedade para investimento		26.700	26.700	Total		121.867	113.685
Outros investimentos		4.928	4.928				
Imobilizado	3d e 11	13.905	13.936				
Intangível	12	169	265				
Total		121.867	113.685				

As notas explicativas integram as demonstrações contábeis

DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO
EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2013 E 2012 (em milhares de reais)

	Capital Social	Reserva de Capital	Ajuste de Avaliação Patrimonial	Prejuízos Acumulados	Total
Saldos em 31 de dezembro de 2011	88.645	11.376	26.657	(56.474)	70.204
Transferência depreciação - Ajuste de avaliação do imobilizado			(56)	56	-
Lucro líquido do exercício				4.140	4.140
Saldos em 31 de dezembro de 2012	88.645	11.376	26.601	(52.278)	74.344
Transferência depreciação - Ajuste de avaliação do imobilizado			(55)	55	-
Lucro líquido do exercício				7.114	7.114
Saldos em 31 de dezembro de 2013	88.645	11.376	26.546	(45.109)	81.458
	(NE 16)	(NE 17)	(NE 18)	(NE 3a, 18 e 19)	

As notas explicativas integram as demonstrações contábeis

DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA - MÉTODO DIRETO (NE 20)
EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2013 E 2012 (em milhares de reais)

Fluxos de caixa originados de:	2013	2012
Atividades operacionais		
Recebimento de clientes	76.640	56.574
Pagamento de fornecedores	(26.412)	(20.452)
Pagamento de salários, encargos e benefícios	(41.966)	(34.943)
Pagamento de tributos, contribuições e taxas	(7.575)	(5.855)
Pagamentos de contingências	(2.759)	(5.270)
Outros recebimentos (pagamentos) líquidos	5.530	5.539
Caixa líquido gerado pelas (aplicado nas) atividades operacionais	3.458	(4.407)
Atividades de investimento		
Compras de imobilizado	(467)	(514)
Recebimentos pela venda de imóveis para venda	0	0
Caixa líquido gerado pelas (aplicado nas) atividades de investimento	(467)	(514)
Atividades de financiamento		
Integralização de capital	0	0
Pagamentos de lucros e dividendos	0	0
Juros recebidos de empréstimos	0	0
Juros pagos por empréstimos	0	0
Empréstimos tomados	0	0
Pagamentos de empréstimos/debêntures	0	0
Caixa líquido gerado pelas (aplicado nas) atividades de financiamento	0	0
Aumento (Redução) de caixa e equivalentes de caixa	2.991	(4.921)
Caixa e equivalentes de caixa no início do período	12.273	17.194
Caixa e equivalentes de caixa no final do período	15.264	12.273

As notas explicativas integram as demonstrações contábeis





DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS ABRANGENTES
EXERCÍCIOS FIMOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2013 E 2012 (em milhares de reais)

	Capital Social	Reserva de Capital	Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido	Demonstração do Resultado Abrangente
Saldos em 31 de dezembro de 2011	88.645	11.376	(56.474)	26.657	70.204	-
Transferência depreciação - Ajuste de avaliação do imobilizado			56	(56)	-	-
Outros Resultados Abrangentes						-
Lucro líquido do exercício			4.140		4.140	4.140
Resultado Abrangente do Período						4.140
Saldos em 31 de dezembro de 2012	88.645	11.376	(52.278)	26.601	74.344	-
Transferência depreciação - Ajuste de avaliação do imobilizado			55	(55)	-	-
Outros Resultados Abrangentes						-
Lucro líquido do exercício			7.114		7.114	7.114
Resultado Abrangente do Período						7.114
Saldos em 31 de dezembro de 2013	88.645	11.376	(45.109)	26.546	81.458	-
	(NE 16)	(NE 17)	(NE 3a, 18 e 19)	(NE 3a e 18)		

As notas explicativas integram as demonstrações contábeis

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS
EM 31 DE DEZEMBRO DE 2013 E 2012 (em milhares de reais)

1. Contexto Operacional

A Companhia Paulista de Obras e Serviços – CPOS, sociedade anônima de direito privado e de capital fechado, com sede na Rua Tangará nº 70 – Vila Mariana – São Paulo/SP – Brasil, inscrita no CNPJ sob o nº 67.102.020/0001-44, tem seus atos constitutivos registrados na Junta Comercial do Estado de São Paulo – Jucesp sob o nº 35.300.132.343 em 25 de outubro de 1991. Empresa de economia mista integrante da administração indireta do Estado de São Paulo, vinculada à Secretaria Estadual de Planejamento e Desenvolvimento Regional, constituída em 8 de outubro de 1991, em decorrência de sua lei de criação de nº 7.394, de 8 de julho de 1991, tem como objetivo principal administrar, planejar, projetar, construir, reformar, conservar e ampliar edifícios de propriedade do Estado de São Paulo. Seus principais clientes são Órgãos e Entidades do Governo do Estado de São Paulo e os principais fornecedores, empresas de prestação de serviços.

2. Apresentação das Demonstrações Contábeis

As demonstrações contábeis foram elaboradas e apresentadas em conformidade com a Lei das Sociedades por Ações – Lei nº 6.404/76, observadas as mudanças de práticas contábeis adotadas no Brasil, introduzidas pelas Leis nº 11.638/07 e 11.941/09, e os Pronunciamentos, Orientações e Interpretações do CPC – Comitê de Pronunciamentos Contábeis, especialmente o Pronunciamento Técnico CPC 26 (R1) – Apresentação das Demonstrações Contábeis. Em razão das características operacionais, não são aplicáveis Ajustes ao Valor Presente – Pronunciamento Técnico CPC 12.

3. Resumo das Principais Práticas Contábeis

a. Apuração do resultado

As receitas e despesas estão contabilizadas de acordo com o regime de competência para apuração do resultado líquido do exercício e, para a apuração do resultado abrangente total, foram reconhecidos os componentes de outros resultados abrangentes: Ajustes de avaliação patrimonial.

b. Aplicações financeiras

As aplicações financeiras estão registradas pelo custo acrescido dos rendimentos proporcionais auferidos até a data do balanço.

c. Créditos a receber e obrigações a pagar

Os créditos a receber do grupo de Realizável a Longo Prazo, nas contas de “Clientes” e de “Pagamentos por conta de contratos”, estão atualizados com base na variação da UFESP até 31 de dezembro de 2000.

Da mesma forma, estão atualizados com base na variação da UFESP até 31 de dezembro de 2000 o valor a pagar de R\$ 1.194 mil, referente a ressarcimento de pessoal comissionado, contemplado na conta de “Obrigações a Pagar”, do grupo de Exigível a Longo Prazo.

d. Imobilizado

Com exceção das contas de terrenos e edificações, cujos bens estão registrados pelo valor justo, em conformidade com o Pronunciamento Técnico CPC 27 – Ativo Imobilizado, o imobilizado está demonstrado pelo custo de aquisição, corrigido monetariamente até 31 de dezembro de 1995. A depreciação é calculada pelo método linear, com base em taxa que contempla a vida útil econômica dos bens descrita na Nota 11.

4. Circulante – Serviços em Andamento

Esse grupo de contas contempla o montante de R\$ 3.008 mil a receber das entidades que ocupam o imóvel situado na Rua Boa Vista, nºs 140, 150 e 162, Centro, São Paulo/SP, que integra o Centro Integrado de Administração do Estado – C.I.D.A.D.E. IV, em conformidade com o Termo de Cooperação Técnica firmado pela CPOS com a Secretaria de Planejamento e Desenvolvimento Regional, em 01/12/2012, que objetiva a prestação de serviços de gestão predial.

5. Circulante – Créditos a Receber

Esse grupo de contas contempla os valores a receber da Secretaria da Administração Penitenciária – SAP, no montante de R\$ 2.370 mil, relacionado aos haveres e dívidas da Administração Direta e Indireta, tratados pelo Grupo de Trabalho instituído pelo Decreto nº 51.470 de 2 de janeiro de 2007.

6. Circulante – Outros Créditos

Esse grupo de contas contempla o valor a receber de R\$ 3.156 mil correspondente ao ressarcimento de pessoal cedido pela CPOS para outros Órgãos.

7. Circulante – Gestão Predial

Nessa rubrica estão contemplados os valores relacionados aos contratos de gestão predial firmados pela CPOS: Secretaria de Planejamento e Desenvolvimento Regional – Edifícios CIDADE I, II e IV; Secretaria de Gestão Pública – Edifícios Adélia Saliba/CIDADE III e Departamento de Perícias Médicas do Estado de São Paulo – DPME; Empresa Metropolitana de Transportes Urbanos de São Paulo – EMTU/SP e Edifício Canadá; e, Companhia de Processamento de Dados do Estado de São Paulo – PRODESP.

8. Realizável a Longo Prazo – Clientes e Provisão para Perdas

Os valores a receber da conta “Clientes” se referem a créditos decorrentes de contratos em que a CPOS prestou serviços cujas cobranças não foram pagas ou foram pagas com atraso por nossos clientes. Esses créditos, em sua maioria, pendentes há mais de 15

anos, estão constituídos de:

- 8.1 – Principal vencido entre 1992 e 31 de dezembro de 2000, mais;
- 8.2 – Correção Monetária, do principal mencionado no item 8.1, calculada até 31 de dezembro de 2000, mais;
- 8.3 – Correção Monetária, calculada de 1992 até 31 de dezembro de 2000, de valores recebidos com atraso naquele período, mais;
- 8.4 – Principal vencido entre 1º de janeiro de 2001 e 31 de dezembro de 2012.

A provisão para perdas no recebimento de créditos relativos à correção monetária por atraso no pagamento foi constituída considerando o disposto nos artigos 340, 341 e 342 do Regulamento do Imposto de Renda e motivada pelo não reconhecimento desses créditos pelas entidades do Governo Estadual no decorrer das reuniões do Grupo de Trabalho instituído pelo Decreto nº 51.470 de 2 de janeiro de 2007, para realizar levantamento de haveres e dívidas da Administração Direta e Indireta.

9. Realizável a Longo Prazo – Imóveis Destinados a Venda

Dos imóveis transferidos em 22 de dezembro de 2000, por meio de Instrumento Particular de Cessão de Direitos Pessoais e Reais da extinta Companhia Paulista de Ativos – CPA para a CPOS, a título de Adiantamento para Futuro Aumento de Capital – AFAC, o saldo remanescente é de R\$ 15.795 mil classificados em Imóveis Destinados a Venda. Desse montante R\$ 6.206 mil foram integralizados ao capital e R\$ 9.589 mil permanecem na conta de Adiantamento para Futuro Aumento de Capital. A essa rubrica se aplica os Pronunciamentos Técnicos CPC 31 – Ativo não circulante mantido para venda e operação descontinuada e CPC 01 (R1) – Redução ao valor recuperável de ativos.

	Reserva de Capital	Capital Social	
Saldo em 31 de dezembro de 2012			15.795
Imóvel – Av da Saudade Campinas		4.312	
Imóvel – Pe. Camargo Lacerda - Campinas		174	
Imóvel – Rua Lidgerwood - Campinas		846	
Imóvel – Av. Pres. Wilson – São Paulo		874	
Imóvel – Profª Zenita A.Nogueira – Bauru 2	5.843		
Imóvel – Profª Zenita A.Nogueira – Bauru 1	2.349		
Redução ao valor recuperável em 2011	(395)		
Imóvel – São José do Rio Preto		42	
Imóvel – Rio Claro		1.750	
Saldo em 31 de dezembro de 2013	9.589	6.206	15.795

10. Investimento

Às Propriedades para Investimento foi aplicado o Pronunciamento Técnico CPC 28 – Propriedade para Investimento e o montante de R\$ 26.700 mil refere-se ao imóvel de Cubatão R\$ 7.000 mil e ao imóvel da Dante Pazzanese R\$ 19.700 mil.

O valor de R\$ 4.928 mil, consignado na rubrica “Outros Investimentos”, refere-se a ações da Companhia do Metropolitano de São Paulo – METRÔ.

11. Imobilizado

	Taxa anual de depreciação	2013	2012
Terrenos	-	11.167	11.167
Edificações	4%	2.854	2.854
Móveis, utensílios e equipamentos	10%	1.553	1.378
Instalações – escritório	10%	516	516
Veículos	20%	556	588
Computadores e periféricos	20%	3.260	2.983
Equipamentos Telefônicos	10%	140	137
		20.046	19.623
(-) Depreciação acumulada		(6.141)	(5.687)
		13.905	13.936

12. Intangível

Ao Ativo Intangível foi aplicado o Pronunciamento Técnico CPC 4 (R1) – Ativo Intangível e o montante de R\$ 169 mil refere-se a software.

13. Bens Penhorados em processos trabalhistas, cíveis e fiscais

Nas contas de Veículos e Computadores e periféricos do Ativo Imobilizado (Nota 11) e Imóveis destinados a venda do Ativo Realizável a Longo Prazo (Nota 9) constam bens penhorados em processos fiscais e cíveis em que a CPOS é parte, no montante de R\$ 874 mil.

14. Contingências

A CPOS é parte em processos judiciais e administrativos de natureza tributária, cível e trabalhista. A administração, com base na opinião de seus consultores jurídicos, provisiona integralmente os processos cujo risco de perda seja classificado como provável. As contingências avaliadas com risco de perda possível ou remota estão compostas de processos judiciais cíveis e tributários no montante de R\$ 64.736 mil e processo administrativo de natureza tributária no valor de R\$ 45.276 mil. As Contingências foi aplicado o Pronunciamento Técnico CPC 25 – Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes.

Risco de perda provável	2013	2012
Processos cíveis / tributários	5.832	10.032
Processos trabalhistas	825	275
Provisão de Contingências	6.657	10.307

15. Base de Cálculo do Imposto de Renda e Contribuição Social

Em novembro de 2009, a CPOS aderiu ao parcelamento de débitos com a Receita Federal, com desistência/renúncia a processos, em conformidade com a Lei federal nº 11.941/2009, de 27 de maio de 2009. Em 30 de junho de 2011, em cumprimento ao cronograma definido na Portaria Conjunta PGFN/RFB nº 2, de 3 de fevereiro de 2011, atendendo ao prazo estabelecido para consolidação do parcelamento, a CPOS indicou os débitos administrados pela Secretaria da Receita Federal do Brasil para parcelamento na modalidade de 60 (sessenta) meses, com a utilização de prejuízo fiscal e base de cálculo negativa da contribuição social sobre o lucro líquido – CSLL para quitação de multas e juros moratórios.

Em 31 de dezembro de 2013, o prejuízo fiscal da Companhia está estimado em R\$ 56.428 mil (R\$ 57.847 mil em 2012) e a base de cálculo negativa de contribuição social sobre o lucro líquido, também, em R\$ 56.428 mil (R\$ 57.847 mil em 2012).

16. Capital Social

O capital social autorizado é de R\$ 249.656 mil, conforme estabelecido no parágrafo único do artigo 3º do Estatuto Social da Companhia. O capital social, subscrito e integralizado, no montante de R\$ 88.645 mil é representado por 22.333.330.314 ações ordinárias nominativas, sem valor nominal.

COMPOSIÇÃO ACIONÁRIA	Nº DE AÇÕES	VALOR R\$	%
FAZENDA DO ESTADO	22.328.599.302	88.624.049,34	99,9761
PRODESP	4.731.000	21.221,69	0,0239
MEMBROS DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO	12	0,12	0,0000
TOTAL	22.333.330.314	88.645.271,15	100,0000

17. Adiantamento para Futuro Aumento de Capital

Essa rubrica refere-se aos imóveis transferidos da extinta Companhia Paulista de Ativos – CPA, sendo que R\$ 9.589 mil deverão ser reavaliados no momento da venda ou da realização do aumento de capital, em observância ao disposto nos artigos 7º e 8º da Lei 6404/76 e eventuais diferenças em relação aos valores apontados implicarão redução ou aumento do valor do crédito contabilizado e os restantes R\$ 1.787 mil, correspondem ao saldo de imóvel já reavaliado e vendido.

Saldo em 31 de dezembro de 2012	11.376
Imóvel – Profª Zenita A.Nogueira – Bauru 2	5.843
Imóvel – Profª Zenita A.Nogueira – Bauru 1	2.349
Redução ao valor recuperável em 2011	(395)
Imóvel – Rio Claro	1.750
Imóvel – São José do Rio Preto	42
Imóvel – Campinas – Saldo Quitado	1.787
Saldo em 31 de dezembro de 2013	11.376

18. Ajuste de Avaliação Patrimonial

A depreciação relativa ao ajuste de avaliação patrimonial das edificações do imóvel Tangará, no montante de R\$ 55 mil, foi transferida da conta Ajustes de avaliação patrimonial para a conta de Lucros acumulados, como previsto na Interpretação Técnica ICPC 10.

19. Resultado do Exercício

O lucro líquido do exercício de R\$ 7.114 mil foi totalmente absorvido pelos prejuízos acumulados por isso não consta demonstrada a sua alocação nas Demonstrações de Resultado do Exercício – DRE e Abrangente – DRA.

20. Demonstração dos Fluxos de Caixa

A Companhia elabora a Demonstração dos Fluxos de Caixa – DFC pelo método direto. Sendo assim, de forma a atender ao disposto no Pronunciamento Técnico nº 03 (R2), do Comitê de Pronunciamentos Contábeis – CPC, bem como, ao disposto na Norma Brasileira de Contabilidade – NBC TG 03, do Conselho Federal de Contabilidade, apresentamos, a seguir, a conciliação entre o resultado do exercício e o fluxo de caixa líquido das atividades operacionais.

Conciliação entre o resultado do exercício e o fluxo de caixa líquido das atividades operacionais	R\$ mil
Resultado do exercício antes do IRPJ e CSLL	8.216
Ajustes para conciliar o resultado com o valor do caixa líquido gerado (aplicado)	
Depreciação e Amortização	590
Resultado na venda (baixa) de ativos permanentes	4
Variações nas contas dos ativos e passivos (operacionais)	
(Aumento) Redução em contas a receber	(5.399)
(Aumento) Redução nos estoques	50
(Aumento) Redução nas despesas antecipadas	31
Aumento (Redução) em fornecedores e contas a pagar	4.281
Aumento (Redução) na provisão para devedores duvidosos	0
Aumento (Redução) na provisão para férias	437
Aumento (Redução) na provisão para contingências	(3.650)
IRPJ e CSLL	(1.102)
Total dos Ajustes	(4.758)
Caixa líquido gerado pelas (aplicado nas) atividades operacionais	3.458



RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS
DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

AOS

ADMINISTRADORES E ACIONISTAS DA
COMPANHIA PAULISTA DE OBRAS E SERVIÇOS – CPOS
SÃO PAULO – SP

Examinamos as demonstrações financeiras da **COMPANHIA PAULISTA DE OBRAS E SERVIÇOS – CPOS**, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2013 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, assim como o resumo das principais práticas contábeis e demais notas explicativas.

Responsabilidade da administração sobre as Demonstrações Financeiras

A administração da Companhia é responsável pela elaboração e adequada apresentação dessas demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessário para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Responsabilidade dos Auditores Independentes

Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre as demonstrações financeiras com base em nossa auditoria, conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Essas normas requerem o cumprimento de exigências éticas pelos auditores

e que a auditoria seja planejada e executada com o objetivo de obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras estão livres de distorção relevante.

Uma auditoria envolve a execução de procedimentos selecionados para obtenção de evidência a respeito dos valores e divulgações apresentados nas demonstrações financeiras. Os procedimentos selecionados dependem do julgamento do auditor, incluindo a avaliação dos riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro. Nessa avaliação de riscos, o auditor considera os controles internos relevantes para a elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras da empresa para planejar os procedimentos de auditoria que são apropriados nas circunstâncias, mas não para fins de expressar uma opinião sobre a eficácia desses controles internos da empresa. Uma auditoria inclui, também, a avaliação da adequação das práticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis feitas pela administração, bem como avaliação da apresentação das demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Opinião

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da CPOS, em 31 de dezembro de 2013,

o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Outros Assuntos

Prejuízos Acumulados

A Companhia apresenta prejuízos acumulados, R\$ 45.109 mil em 2013 (R\$ 52.278 mil em 2012), representando 50,89% do Capital Social (58,97% em 2012). No exercício de 2013 apresentou lucro líquido de R\$ 7.114 mil (R\$ 4.140 mil em 2012), observado a recuperação gradativa de sua rentabilidade operacional.

Auditoria dos valores correspondentes ao exercício anterior

Os valores correspondentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2012, apresentados para fins de comparação, foram anteriormente por nós auditados e emitimos relatório datado de 07 de março de 2013, sem modificação na opinião.

São Paulo, 07 de março de 2014.
TGB – AUDITORIA E CONSULTORIA S/S
2RS003622/O-0 – “S” – SP
ANTONINHO DA COSTA SOUZA
Contador 1CRC RS – 30.935/O-5 – “S” – SP
Responsável Técnico

PARECER DO CONSELHO FISCAL

Os membros do Conselho Fiscal da Companhia Paulista de Obras e Serviços – CPOS, abaixo assinados, dentro de suas atribuições e responsabilidades legais, procederam ao exame do Relatório da Administração, das Demonstrações Contábeis e das Notas Explicativas, aprovadas em Reunião da Diretoria, referentes ao exercício social findo em 31 de dezembro de 2013, e com base nos exames efetuados, nos

esclarecimentos prestados pela Administração, considerando, ainda, o Parecer sem ressalvas dos Auditores Independentes, TGB Auditores e Consultores S/S, datado de 7 de março de 2014, concluíram que os documentos acima, em todos os seus aspectos relevantes, estão adequadamente apresentados, e em condições de serem submetidos à deliberação dos Acionistas na Assembleia Geral Ordinária.

São Paulo, 10 de março de 2014
Benedicto Viviani
Claudia Bice Romano
Daniel Annenberg
Energita Alves Moreira dos Santos
Julio Cesar Campos Ferreira

Conselho de Administração

Julio Francisco Semeghini Neto

Presidente

Carlos Antonio Luque
Miguel Calderaro Giacomini
Gustavo Gonçalves Ungaro
Raquel Iglesias Verdenacci
Roberto Meizi Agune
Sérgio Duarte Benatti

Diretoria

Miguel Calderaro Giacomini

Diretor-Presidente

Vicente Rosolia

Diretor Administrativo e Financeiro

Felipe Sartori Sigollo

Diretor de Serviços

Emilio Hermida Romero

Diretor de Engenharia

Fábio Augusto Martins Lepique

Diretor de Gestão Institucional

Conselho Fiscal

Benedicto Viviani

Claudia Bice Romano

Daniel Annenberg

Energita Alves Moreira dos Santos

Julio Cesar Campos Ferreira

Vicente Rosolia

Diretor Administrativo e Financeiro

Mônica Martins de Araujo – CRC nº 1SP163880/O-7

Contadora

